

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E "VIVIR BIEN" (SUMA QAMAÑA)

CAMARGO, Thiago D'agosta - [thiagocipo@yahoo.com.br](mailto:thiagocipo@yahoo.com.br)  
TONSO, Sandro - [sandro@unicamp.br](mailto:sandro@unicamp.br)

**Resumo:** O presente artigo visa analisar o "Vivir Bien", um princípio fundado nos valores dos povos originários andinos adotado na Constituição da Bolívia, a fim de estabelecer aproximações com a Educação Ambiental Crítica, pontuando elementos que possam subsidiar suas práticas educativas. O desenvolvimento do texto se realiza a partir da breve contextualização da recente situação político-social da Bolívia, evidenciando os conflitos sociais e os atores que marcam o resgate dos saberes dos povos originários no plano institucional e sua cristalização através do "Vivir Bien". São destacados elementos que balizarão a análise, enfatizando a relação entre Educação, Ambiente e Sociedade a partir das concepções presentes nos paradigmas ocidental e andino de maneira a contrapor-lhes e consolidar o "Vivir Bien" (Suma Qamaña) como alternativa ao modelo de organização social e seus princípios que têm gerado a atual crise ambiental.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Povos Andinos; Bolívia.

**Abstract:** This article aims to analyze the "Vivir Bien", a principle founded on the values of native Andean peoples adopted in Bolivia's Constitution, in order to establish approaches to Critical Environmental Education, pointing out elements that can support their educational practices. The development of the text is made from the brief background of Bolivia's recent socio-political situation, showing the social conflicts and the actors that mark the rescue of the original peoples' knowledge at the institutional level and its crystallization through "Vivir Bien". Elements are highlighted that will gauge the analysis, emphasizing the relation between Education, Environment and Society from the conceptions present in the Andean and western paradigms in order to contrast them and consolidate the "Vivir Bien" (Suma Qamaña) as an alternative to the model of social organization and its principles that have generated the current environmental crisis.

**Keywords:** Sustainability; Andean Peoples; Bolívia.

## **1. Introdução: a sustentabilidade por outros caminhos.**

Na busca pela sustentabilidade o presente trabalho estabelece a relação entre o “Vivir Bien” (Suma Qamaña) e a Educação Ambiental Crítica (EAC) (Guimarães, 2007) visando dialogar no âmbito teórico e conceitual com dois elementos essenciais ao pensamento ambientalista: a ideia de que o “homem” se “desconectou” da natureza e o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A discussão destes elementos permeia todo o trabalho, no qual defendemos que no primeiro caso o “homem” não se desconecta da natureza, mas sim, as formas de organizações sociais estabelecem relações diferenciadas com a natureza. Não se vive fora da natureza pois a sobrevivência humana pressupõe a transformação desta. Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é discutir formas de sustentabilidade que não estão inseridas na lógica do mercado e que possuem fundamentos distintos aos dos presentes na sociedade capitalista, juntamente com a reflexão de como a EAC pode se apropriar deste debate para subsidiar suas ações. Portanto, segue implícita a crítica ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, segundo proposto pela ONU (Organização das Nações Unidas), que tem sido considerado como solução universal.

É neste contexto em que o estudo do “Vivir Bien” e dos princípios dos povos indígenas andinos se inserem. É justamente na tentativa de buscar alternativas à sociedade capitalista baseados em valores e práticas que conformam o “paradigma ocidental” que o confrontamos com o “paradigma andino” e sua cosmovisão para estabelecer relações mais igualitárias entre a sociedade e desta com a natureza. Para tal, iniciamos com a contextualização do surgimento do “Vivir Bien” e os fenômenos históricos recentemente ocorridos na Bolívia, país este destacado por fomentar políticas fundadas neste princípio.

## **2. Bolívia: fracasso do neoliberalismo e emergência dos povos originários.**

A Bolívia tem enfrentado nas últimas décadas um período de intensa agitação política, econômica. Após a sucessão de presidentes que adotaram medidas fundadas no “Consenso de Washington”, em que a lógica do mercado era a única via a ser seguida.

Medidas envolvendo o controle fiscal, privatizações de empresas estatais, abertura comercial para capitais estrangeiros, desregulamentação das leis trabalhistas, entre outras, não foram suficientes para reduzir os elevados índices de desemprego, analfabetismo, concentração de renda e terra historicamente presentes na sociedade boliviana. Conforme aponta Gutierrez e Lorini (2007), os sucessivos governos adeptos do Consenso de Washington não obtiveram êxito em avançar no desenvolvimento econômico, na geração de empregos e na criação e distribuição de renda, mergulhando o país em uma profunda crise entre os anos de 1999 até 2002, tendo como resultados uma taxa de 20% de desemprego, perda de divisas, chegando a dívida do Estado à cifra de 62,3% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2002.

Com a economia em declínio e o agravamento das desigualdades sociais, os conflitos sociais se acirraram culminando em um processo de deterioração do regime político boliviano em que gradativamente foi perdendo legitimidade. Neste contexto de agitação social os movimentos sociais entram no embate político, com reivindicações que não visam a incorporação ao mercado, mas sim, acesso a bens essenciais para a sobrevivência da população, o que permitiu o envolvimento de diversos setores da sociedade, principalmente os de origem indígena. Tais movimentos culminaram na

derrota do modelo neoliberal da Bolívia e com a intensificação da pressão popular , o que permitiu a abertura do caminho para maior participação política na sociedade.

## **2.1 Bens naturais e conflitos sociais**

O fracasso do neoliberalismo na Bolívia ocorreu através da implementação de diversas medidas privatizantes iniciadas na década de 1980 e que foram intensificadas nos anos 1990. Neste contexto emergem mobilizações populares, pois, os setores mais pobres foram os mais afetados e estes apresentavam caráter de resistência aos efeitos da globalização e do neoliberalismo assim como de séculos de opressão.

As ações políticas adquiriram uma nova envergadura por meio das mobilizações dos indígenas, marcadas por muitos acontecimentos: guerra da água, movimento cocaleiro, guerra do gás, entre outras. Foi o movimento “indígena”, onde se concentra 65% dos bolivianos que vivem na pobreza, que canalizou a maioria dos descontentamentos. (GUTIERREZ e LORINI, 2007).

Este descontentamento foi provocado pela privatização de recursos naturais fundamentais para a sobrevivência da população boliviana e que dificultava o acesso a eles devido ao aumento praticado pelas empresas estrangeiras concessionárias do serviço público. Os fenômenos políticos chamados de “Guerra da Água” e “Guerra do Gás” ocorridos nos anos de 2000 e 2003, respectivamente representam a junção de dois fatores essenciais para se compreender o contexto histórico recente da Bolívia, assim como, a emergência de uma efetiva participação popular que contribuirá, juntamente com outros elementos, na ascensão de Evo Morales e posteriormente na adoção do “Vivir Bien” como um padrão alternativo baseado nos saberes dos povos em contraposição ao fracassado modelo neoliberal.

## **2.2 As “guerras” da água e do gás**

Nos baseamos nas obras de Shultz (2010) e Pfrimer (2010) para compreender o conflito envolvendo a água que se instaura a partir da privatização da empresa municipal de abastecimento em setembro de 1999, a Serviço Municipal de Água Potável e Esgoto de Cochabamba (SEMAPA) por pressão do Banco Mundial (BIRD) que arrebataria uma dívida do governo boliviano caso confirmasse a concessão por um período de 40 anos. A concessão foi cedida à “Águas del Tunari”, um consorcio de empresas multinacionais e o governo boliviano, cuja sócia majoritária foi a empresa americana Bechtel.

A insatisfação com os serviços da “Águas del Tunari” começou a se expressar através de mobilizações populares para protestar o aumento abusivo da tarifa pelo uso da água, o qual quase dobrou de valor após o início da nova gestão.

A princípio os órgãos oficiais e o governo do presidente Banzer se negavam a negociar com a “Coordinadora en defensa del Agua y la Vida”, movimento este formado por diversos sindicatos e movimentos sociais agrupando setores rurais e urbanos, tomando a frente na organização dos enfrentamentos e negociações. O agravamento da situação força os órgãos do Estado a recuar em sua postura, estabelecendo um acordo com a Bechtel na redução temporária da tarifa de água, porém, a estratégia da “Coordinadora” havia mudado após examinarem o contrato e descobrirem que não havia ocorrido nenhum investimento inicial por parte da empresa e que sua taxa de lucro

era de 16%. A partir disto, o foco estratégico da mobilização havia mudado, enfatizando então o cancelamento do contrato.

Após o período de tensões e conflitos a SEMAPA voltou a ser de controle estatal, a tarifa retornou ao valor anterior e em sua gestão foi incluído um comitê de cidadãos eleitos para a tomada de decisões da empresa. Contudo, apesar das vitórias e dos avanços conquistados, o problema de abastecimento hídrico em Cochabamba não foi solucionado por completo mas as redes foram ampliadas para bairros antes não considerados para o fornecimento de água.

Guerra da água ocorrida entre janeiro e abril de 2000, agregou distintos setores da sociedade na luta por um bem essencial à vida humana, uma luta que envolveu principalmente os setores populares, tanto da zona rural quanto urbano, os quais foram os maiores atingidos pela elevação do preço da água. Portanto, constitui-se em uma luta pelo acesso a um bem vital que fora marcada pela lógica do mercado e os ditames do neoliberalismo.

Posteriormente à Guerra da Água, ocorreu em outubro de 2003 a chamada “Guerra do Gás” o governo de Sanchez de Lozada (2002-2003). Havia sido descoberta na Bolívia uma das maiores reservas de gás natural da América do Sul e sua exploração foi interpretada como uma possibilidade de diminuir a pobreza no país. Durante a gestão de Lozada iniciaram negociações para a exportação do gás para os Estados Unidos e México, através da construção de um gasoduto que passaria pelo Chile, porém, a população, movimentos sociais, sindicatos e setores oposicionistas no legislativo exigiam que a exportação ocorresse via portos peruanos de forma a industrializar a região norte boliviana.

Segundo os trabalhos de GUIMARÃES, DOMINGUES e MANEIRO (2010) e de GUTIERREZ e LORINI (2007), uma das principais reivindicações era que fosse atendido primeiramente a demanda do mercado interno, e, no caso da exportação, o debate era em torno do processamento do gás, para que este fosse industrializado na Bolívia antes de ser exportado, agregando desta forma mais valor ao produto.

O tema central era o baixo preço do gás com que se pretendia exportar. As negociações contratuais entre as empresas estrangeiras exploradoras (Repsol YPF, British Petroleum, entre outras), as partes compradoras e o governo de Lozada resultariam em 18% da arrecadação em impostos, enquanto as expectativas de lucro giravam em torno de 1 bilhão de dólares anuais.

No total foram contabilizados nos confrontos cerca de 80 mortos e 400 feridos nas diversas cidades em que houveram protestos. O embate mais marcante foi na cidade de El Alto no início de outubro de 2003 quando foram feitos bloqueios em estradas que visavam isolar La Paz e impedir que um comboio transportando combustível e alimentos chegassem à capital. Neste confronto foram mortos 65 civis. Conforme aumentava o número de mortos nos confrontos a população exigia a renúncia de Lozada.

A mobilização política adquire proporções que tornaram a situação insustentável diante da forte repressão, da organização popular e da intensificação do pedido de renúncia, enquanto Sanchez de Lozada perdia apoio político, culminando no abandono de seu cargo de presidente para o vice Carlos Mesa após sua fuga do país. No entanto, não foi suficiente para reduzir a tensão pois, ao assumir a presidência, Mesa propõe a convocação de uma Assembleia Constituinte para rever a questão dos “hidrocarburos” e um referendo para decidir o caso da exportação do gás natural, colocando em debate a possibilidade de sobretaxá-lo para maior arrecadação, assim como, a alternativa de

nacionalização completa.

Sem apoio político no legislativo e a falta de uma linha política clara, Mesa não consegue avançar no impasse e renuncia ao cargo. Seu sucessor constitucional era presidente da “Corte Suprema de Justicia”, Eduardo Veltzé, e este ao assumir se depara com uma situação mais estabilizada, porém não soluciona a questão da exportação do gás. Para tal, convoca eleições presidenciais para dezembro de 2005.

A questão do gás natural seria resolvida somente a partir da gestão do novo presidente eleito, Evo Morales, o qual optou pela nacionalização do gás com o decreto firmado em 1º de maio de 2006.

### **3. Povos indígenas e as mobilizações populares.**

Segundo Gutierrez e Lorini (2007) a Bolívia apresenta um Estado fraco institucionalmente e economicamente dependente mas, por outro lado, possui uma sociedade civil forte, com fundamento

nas tradições comunitárias da sociedade camponesa andina, em sua longa história de resistência à invasão dos valores ocidentais, como a propriedade privada, o individualismo e o lucro. (GUTIERREZ e LORINI, 2007).

Nos confrontos ocorridos na história recente da Bolívia evidencia-se a importante questão do “indigenismo” andino em sua pluralidade como fator essencial no embate político, assim como o acesso aos bens naturais fundamentais para a sobrevivência destes povos, sendo estes marcados por elevado nível de pobreza. Jose C. Mariátegui (1895–1930) foi um dos maiores expoentes do socialismo latino-americano e no início do século XIX revisitou a teoria marxista interpretando-a sob as condições da realidade peruana, encontrando nos povos indígenas andinos o potencial transformador e agente de uma nova organização social que supere as relações de dominação e exploração do homem sobre o homem.

Uma das características dos movimentos populares está vinculado com a identificação coletiva, pois, não possui um movimento operário nos moldes clássicos. A sociedade boliviana é composta por uma população de maioria indígena e tem no reconhecimento étnico, somado à manutenção desta maioria em situação de pobreza, um fator mobilizador significativo. Além dos movimentos políticos manterem suas raízes indígenas, sua força para a resistência reside também na dominação desde os tempos da colonização e na ideologia imposta pelos colonizadores, pois, segundo Gutierrez e Lorini, as parcelas populares de origem indígena

desconfiam da idéia da razão individual e se inclinam para um igualitarismo comunitário que os aproximaria de seu passado cultural homogêneo. Isso explicaria também o repúdio que há em relação às instituições modernas, entre as quais a propriedade privada. (GUTIERREZ e LORINI, 2007, p. 56)

Acerca das recentes mobilizações envolvendo os povos originários andinos na Bolívia, estas se constituem no “instrumento mais potente de geração de cidadania” (GUTIERREZ e LORINI, 2007), e tais mobilizações estão intimamente vinculadas com os problemas sociais de um país subdesenvolvido com marcas de seu passado colonial.

Através das medidas neoliberais, implementadas desde a década de 1980, não foi possível superar a condição de país subdesenvolvido da Bolívia, provocando somente o agravamento da miséria, aumento do endividamento externo, etc. Os confrontos

envolvendo a questão da água em Cochabamba e do gás principalmente em El Alto e a insatisfação popular serviram para mostrar o fracasso do neoliberalismo e evidenciar à população boliviana que é possível a resistência a este modelo, possibilitando desta forma precedentes para maior intervenção e participação nos rumos de seu país, ampliando a democracia e consolidando os povos originários andinos como atores centrais neste processo.

Com a ascensão de Evo Morales à presidência em 2006, o primeiro presidente de indígena da história boliviana, inicia-se um processo de “cambio” em que diversas medidas são tomadas para frear o neoliberalismo, ampliar a participação popular, entre tantas outras, que não as são implementadas sem conflitos com setores conservadores daquele país andino.

#### **4. “Vivir Bien” (Suma Qamaña), uma possível alternativa?.**

Uma demanda antiga da pressão popular era a convocação de uma Assembleia Constituinte para a elaboração de uma nova Constituição para a Bolívia. Concluída sua redação após longos debates a Nova Constituição foi submetida a um referendo para aprovação da população, realizando-se em janeiro de 2009 e sendo aprovada com 61% dos votos.

A implementação da nova carta magna foi encarada como a refundação do país devido aos elementos que levou em consideração e o projeto de mudança a que se propõe pois, reflete os processos em andamento e a vontade da população por mudanças. Sua elaboração leva em conta toda a história do povo boliviano, partindo desde suas raízes históricas até a contemporaneidade, conforme abaixo:

El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado. (BOLIVIA, 2010)

A partir da implementação entrou em vigor um princípio ético que resgata e promove a herança dos povos andinos originários e a forma de organização nas quais estes se assentavam. Reconhecendo o caráter plural da sociedade e da nação boliviana devido a diversidade de povos indígenas em seu território, a nova constituição afirma no Artigo 8 parágrafo primeiro os valores que fundamentam o Estado plurinacional, o qual

asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (vivir bien), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), vi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble). (BOLIVIA, 2010)

Tais princípios compõem a cosmovisão dos povos originários andinos que representa suas perspectivas em relação à visão de mundo, às suas formas de ser e sentir, ver e perceber, que neste caso está relacionado com a noção de que tudo está interconectado, em harmonia e equilíbrio, relações estas importantes para a vida em comunidade (MAMANI, 2010)

Nos atentamos neste trabalho especificamente ao “Vivir Bien” (*suma qamaña*), o qual tem sido destacado pelo governo de Morales e por alguns movimentos sociais

indígenas bolivianos como uma alternativa de enfrentamento aos problemas socioambientais e marca o resgate das tradições andinas originárias.

O “vivir bien” é o termo traduzido para o idioma espanhol que representa o significado da palavra em língua aymara “suma qamaña”. Para melhor compreensão cabe realizar uma breve análise deste termo e o real significado em sua língua original. Segundo Mamani (2010) na cosmovisão dos povos originários a vida está vinculada à relações de harmonia e equilíbrio e, nesse sentido, no idioma aymara “qamaña” designa aquele que sabe viver (“saber vivir”). Portanto, “suma qamaña” é traduzido como “vivir bien” considerando que “suma” significa plenitude, sublime, magnífico, e por sua vez, “qamaña” significa viver, conviver, estar sendo. Embora Mamani aponte a insuficiência explicativa do termo “vivir bien”, atribui à palavra (em espanhol) “vida en plenitud” a que mais se aproxima do sentido atribuído pela tradição indígena andina.

O “Vivir Bien” emerge a partir da constatação da insuficiência do atual modelo de organização social, a qual tem gerado uma crise de âmbito global composta por tendências que estão interligadas e que se complementam, fortalecem-se mutuamente. Segundo Choquehuanca (2010) as referidas tendências são:

a) **Mudanças climáticas** – que têm provocado transtornos e desastres naturais cada vez mais intensos e frequentes, ocasionando problemas de caráter econômico e social, afetando principalmente os países mais pobres;

b) **Esgotamento dos recursos naturais** – os índices de consumo dos recursos naturais está 30% acima da capacidade de regeneração da Terra, havendo sobreconsumo principalmente por parte dos países industrializados, gerando grave desequilíbrio e podendo levar à escassez. O consumo dos recursos naturais corresponde também a uma grande disparidade pois 20% da população mais rica do mundo consome 86% dos recursos naturais;

c) **Crise da água** – a urbanização, a agricultura intensiva e a industrialização são fatores que contribuem para o aumento do consumo da água, o incremento da extração, assim como de contaminação dos corpos hídricos, diminuindo os níveis de água potável disponíveis. Destaca-se a exportação indireta para os países do “norte” de água através da produção de grãos, gado e outros cultivos;

d) **Crise na produção de alimentos** – sofrendo impactos das mudanças climáticas e na destinação de alimentos para a produção de biocombustíveis, tem-se reduzindo a oferta de alimentos e consecutivamente aumentado seus preços, sendo este também influenciado pelo alto preço dos fertilizantes e transporte, o que tem colaborado para a privação e a fome crônica;

e) **Crise energética** – considerando a finitude dos combustíveis fósseis (responsáveis por 86% da energia gerada no mundo), ainda não foram encontradas tecnologias alternativas na produção de energia capazes de substituí-los nas quantidades em que estes são consumidos;

f) **Crise financeira mundial** – esta crise iniciada em outubro de 2008 está relacionada com processos anteriores de redução do PIB (Produto Interno Bruto) mundial devido ao aumento dos preços das fontes energéticas nas últimas décadas, forçando progressivamente a queda da produção, levando consecutivamente à emissão de créditos e resultando em problemas nas economias do mundo todo.

g) **Crise do tempo** – o tempo da produção industrial, dos mercados financeiros e das telecomunicações tem entrado em conflito com o longo tempo da vida, da natureza, com seus equilíbrios e transformações cíclicas.

Partindo de uma interpretação sobre o atual contexto histórico partir da perspectiva de uma crise global, a consolidação do “Vivir Bien” enquanto alternativa ao modo de vida ocidental emerge como um ponto estratégico para a mudança de paradigmas dado o fracasso do atual modelo que tem provocado desequilíbrio com a natureza e entre os seres humanos. Tais elementos constitutivos desta crise exigem um grande esforço para que as sejam revertidas.

A retomada dos valores e dos saberes dos povos originários andinos coloca em discussão as alternativas para o atual modelo de organização social e até a construção de um novo paradigma civilizatório. Neste sentido, propõe-se a refletir e agir para a consolidação de uma alternativa latino-americana para os problemas latino-americanos, que respeite nossas pluralidades e supere os processos históricos que nos conformaram, evitando desta forma a importação de modelos gerados em realidades distintas e que são tidas como possíveis soluções às questões históricas enfrentadas pelos países subdesenvolvidos. Por outro lado, tal alternativa não deve ser proposta como possibilidade única e passível de generalização a todos os países deste sub-contidente, pois, o “Vivir Bien” reconhece e se fundamenta em especificidades históricas pertencentes à um território determinado, a região andina.

*América Latina es una conjunción de historias y culturas, una diversidad de territorios, una complejidad de visiones. No somos ya una América pura y originaria, más no por eso tenemos olvidar nuestras raíces profundas, conocimientos y saberes de los pueblos más ligados a la tierra que debemos escuchar y reconocer, de manera que podamos recuperar nuestro propio camino. La emergencia de los pueblos indígenas sorprende, pero solo ‘demuestra una realidad antigua, pero que habíamos imaginado como relegada en el tiempo’ (Ortiz, 1998: 87). Hoy surgen con fuerza y con propuesta. (AVEDAÑO, 2009, p. 4)*

Em sua essência o “Vivir Bien” é um resgate das utopias marcadas pelo resgate do modo de vida e os saberes das populações indígenas andinas, da possibilidade da realização de novos mundos com o conhecimento originário, através da harmonização das nossas relações com a natureza e que enfrente a crise socioambiental que possui proporções globais. Os elementos responsáveis por tais crises de âmbito mundial têm sido encarados neste trabalho de diferentes formas por Mamani (2010) e Avedaño (2009) que a interpretam e sistematizam o “Vivir Bien”. Embora haja pontos de aproximação entre os argumentos, basicamente as causas constitutivas desta crise recaem sobre o modelo de desenvolvimento capitalista e o paradigma ocidental.

#### **4.1 Bases da civilização ocidental**

Pode ser destacado como elemento essencial que perpassa as análises dos autores que buscam teorizar e consolidar a proposta do “Vivir Bien” quanto às causas da presente crise a lógica ou racionalidade da civilização ocidental e seus desdobramentos. Cabe debruçarmo-nos brevemente em alguns de seus aspectos .

As sociedades ocidentais, igualmente os povos originários andinos, também possuem um ideal de vida, algo considerado como uma boa vida, ou seja, condições objetivas e subjetivas que possibilitem a realização dos indivíduos pertencentes à determinada sociedade. Neste sentido, cabe um aprofundamento sobre a concepção de uma “vida boa” para as sociedades ocidentais, assim como, os fundamentos da



civilização ocidental.

Ao retomar o período da Grécia antiga, segundo Avedaño (2009), o ideal de boa vida nesta sociedade estava vinculada com o desenvolvimento do corpo e das artes, ao exercício da política e portando uma concepção meramente contemplativa desta, o que excluía o trabalho pois este se associava às pessoas ou grupos de condição humana consideradas inferiores, sendo tal atividade relegada aos escravos.

A racionalidade das sociedades ocidentais se estabelece historicamente a partir de alguns “pilares” que conformam as relações entre os seres humanos e destes com a natureza, tendo suas origens no período greco-romano e sendo construído e forjado por diversos pensadores entre os quais podemos considerar Isaac Newton, René Descartes, Thomas Hobbes, Adam Smith, Martinho Lutero, entre tantos outros, e acompanhados pelos fatos históricos de grande importância na história ocidental como o Iluminismo, Renascimento, Reforma Protestante, Revolução Industrial, etc. Nesse sentido podemos destacar dois processos histórico-sociais que estão intimamente imbricados que contribuíram significativamente para a difusão dos ideais ocidentais: o colonialismo e a expansão do capitalismo.

Diversos autores têm elaborado críticas a este modo de vida e organização social ocidental e “moderno”, o qual a emergência da crise socioambiental tem posto em xeque, desvelando seus mecanismos e as relações que têm gerado um elevado nível de degradação ambiental, consumo dos bens naturais, além dos altos índices de pobreza e desemprego, entre outros. Suas suas variadas dimensões se interconectam e interagem permanentemente moldando e reproduzindo assim o paradigma ocidental que se fundamenta nos seguintes princípios: individualismo, antropocentrismo, utilitarismo, produtividade, racionalismo, progresso, acumulação, competição, consumismo.

Conforme Mamani (2010) um indivíduo típico que procede sob os princípios do paradigma ocidental pode ser considerado como

aquél que ha adoptado una determinada forma de vida (individualista, consumista, depredadora homogeneizadora e insensible) no necesariamente a aquel que vive en la región occidental del planeta o que pertenece a una raza o grupo social determinado (MAMANI, 2010, p.16).

Tais elementos anteriormente listados, assim como o “indivíduo ocidental” referido por Mamani (2010), estão presentes desde o período greco-romano, considerado como o “berço” da civilização ocidental, porém, é a partir da consolidação do capitalismo que podemos destacar alguns destes elementos, os quais emergem e se consolidam, potencializando o efeito degradador deste forma de organização social que se impôs à formas “pré-modernas” de vida, sobrepondo-se sobre formas coletivas e cooperativas de organização para impor a propriedade privada, o trabalho assalariado, entre outros de seus princípios:

el proceso de modernización asociado a progreso y desarrollo, a su vez sinónimo de Buena Vida en el mundo occidental ha conllevado a la urbanización de la tierra. La lógica moderna es la fabrica, es la ciudad y en ella la pobreza, los tugurios, la contaminación y la destrucción de la naturaleza. El bienestar de occidente esta asociado a competencia, libertad y el individuo (AVEDAÑO, 2009, p.4)

Portanto, ao refletir sobre a “racionalidade ocidental”, questionar a dinâmica do modelo de desenvolvimento capitalista se torna essencial. Temos visto a insuficiência do modelo de desenvolvimento capitalista diante das questões ambientais e dos

inúmeros problemas sociais decorrentes de sua dinâmica.

Em relação aos problemas socioambientais, a alternativa proposta pela ONU (Organização das Nações Unidas) foi o conceito de Desenvolvimento Sustentável, o qual tem sido propalado nas últimas décadas como panacéia, proposta esta que tem sido usada como tema de conferências internacionais, estudos científicos, sendo incorporado na agenda de empresas, governos, ONG's, entre outros atores.

Sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, tem sido elaboradas iniciativas em âmbito mundial de enfrentamento às questões socioambientais, tendo como exemplo, a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) que têm provocado o aquecimento global. Tais iniciativas pertencentes aos chamados MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo) utilizam-se de ferramentas do mercado financeiro através da criação de “créditos de carbono”, que são gerados a partir de projetos de “sequestro de carbono” nos quais, conforme a tonelada de gás carbônico “sequestrado” é emitido um crédito que pode ser comprado e vendido para empresas e países emissores de GEE. Cabe destacar nesta proposta a valoração e quantificação dos bens naturais, assim como, a crença no mercado como via resolutive, acreditando que inserindo-os na lógica do “mercado” este possa resolver os problemas ambientais.

Tendo a referência do exemplo acima podemos deduzir como esta crise socioambiental está sendo enfrentada, a partir da criação de alternativas que utilizam os mesmos instrumentos que se tem gerado a atual crise, fazendo com que se reproduza, desta forma, as relações historicamente construídas de dominação e exploração, do “homem” pelo homem e deste sobre da natureza, não sendo capaz de superar, portanto, a situação de crise global atualmente vivenciada.

## 4.2 Cosmvisão dos povos originários andinos

A construção do “Vivir Bien” como alternativa às sociedades industriais embasada na retomada dos princípios e práticas dos povos indígenas andinos tem como elemento importante para sua consolidação a necessidade de “desoccidentalización y descolonización del pensamiento” (AVEDAÑO, 2009, p.2).

Aos problemas de caráter global devem ser criadas soluções que também sejam globais (e sobretudo estruturais) envolvendo uma mudança de paradigma, assentando-se uma nova visão de mundo. Neste sentido, os povos originários andinos têm proposto o paradigma da cultura da vida, o qual é essencialmente comunitário (MAMANI, 2010). Basicamente podemos compreender o “Vivir Bien” como uma alternativa à crise global a partir da retomada de uma vida em comunidade, segundo a autonomia, princípios e valores dos povos indígenas andinos.

Em entrevista publicada pelo jornal boliviano La Razón, David Choquehuanca situa o “Vivir Bien” como um projeto de sociedade em que as relações de harmonia com a natureza são essenciais pois seus princípios valorizam a vida em seu sentido mais amplo e a prioridade é a natureza antes que o humano, pois este é considerado como parte da natureza. Nesse sentido são destacados alguns princípios componentes do “Vivir Bien” segundo Choquehuanca (2010a):

- **Priorizar a vida** – buscar a vivência em comunidade em que todos se preocupem com todos, pois o mais importante é a Vida. Pretende-se uma vida mais simples em harmonia com a natureza;
- **Chegar a acordos em consensos** – dialogar respeitando as diferenças e

visando chegar em um ponto em que não seja provocados conflitos. Nesse sentido é aprofundar a democracia;

- **Respeitar as diferenças** – não se propõe a tolerância (passividade) mas sim o respeito ao outro, sem submissão ou discriminação;

- **Viver em complementaridade** – priorizar a complementaridade pois todos os seres do planeta se complementam, ajudando a que sobrevivam;

- **Equilíbrio com a natureza** – buscar uma vida de equilíbrio com todos os seres de uma comunidade, visando uma sociedade com equidade e sem exclusão;

- **Defender a identidade** – valorizar e recuperar a identidade para desfrutar de uma vida baseada em valores que tem resistido por cerca de 500 anos e que foram deixados por comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos;

- **Aceitar as diferenças** – respeitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no planeta;

- **Saber comer, beber, dançar** - estes são elementos da vida social que se relacionam com o plantio, colheita, festejos, orações, etc. de forma comedida;

- **Trabalhar em reciprocidade** – o trabalho se faz desde pequeno e é considerado como uma festa, como uma forma de crescimento pessoal. É necessário retomar a reciprocidade do trabalho na comunidade, o qual devolve em trabalho a ajuda prestada por uma família em atividade agrícola;

- **Controle social** – diferentemente da participação popular, entende-se basicamente o controle social como um controle obrigatório sobre as funções que realizavam as principais autoridades nos tempos ancestrais;

- **Exercer a soberania** – compreende-se que a soberania do país se constrói desde a soberania das comunidades, a qual através de consensos comunais que

defina y contruya la unidad y la responsabilidad a favor del bien comum, sin que nadie falte. En esse marco se reconstruirán las comunidades y naciones para construir una sociedad soberana que se administrará en armonía con el individuo, la naturaleza y el cosmos (CHOQUEHUANCA, 2010).

## 5. O “Vivir Bien” não se confunde com “viver melhor”.

Considerando o “Vivir Bien” como contraproposta às graves crises geradas pelo modelo capitalista de desenvolvimento fundado no paradigma ocidental, a elaboração de comparações se faz necessário para evidenciar as diferenças entre ambos “projetos”, com seus princípios e perspectivas. Nesse sentido utilizamos o confronto entre o “Vivir Bien” (viver bem) baseado no paradigma ancestral indígena andino junto ao “Vivir Mejor”, (viver melhor) que representa o modo de vida regida pela racionalidade ocidental. As categorias destacadas como parâmetros comparativos e para aprofundamento da análise tem como objetivo subsidiar a reflexão final do presente trabalho ao considerar uma alternativa ao atual padrão de desenvolvimento e extrair contribuições para a Educação Ambiental Crítica. Portanto, as categorias são:

### a) Natureza

Esta é considerada sob o paradigma ocidental e na dinâmica do capitalismo como um mero “recurso” natural, possuindo uma definição economicista e utilitarista pois a considera primordialmente como fonte de matérias-primas para a produção de

mercadorias, atribuindo importância somente aos elementos naturais que carreguem em si valor de mercado e que seja possível sua comercialização. Encontra-se também uma dicotomia entre natureza e o homem, sendo que este estabelece uma relação de domínio sobre a natureza para que a desfrute em busca de sua satisfação.

Segundo o paradigma originário andino a natureza é concebida como uma divindade, considerada como a deusa Mãe Terra, representada pela Pachamama, o que revela uma relação de proximidade e harmonia com a natureza. Os povos andinos se sentem parte da natureza, em uma relação de equilíbrio, harmonia e de pertencimento à “Madre Tierra”, relações estas que carregam em si responsabilidades implícitas.

### **b) Educação**

Esta temática sempre foi interpretada como importante fator de mudança social, podendo, através de avançar ao seletivo grupo dos países “desenvolvidos”. De forma genérica, sob as sociedades ocidentais a educação tem sido dirigida, a partir da Revolução Industrial, para a formação de mão-de-obra (com ou sem qualificação), dependendo das especificidades regionais ou dos setores sociais ao qual é dirigida. Embora os sistemas educativos passem frequentemente por reforma, sua estrutura essencial é mantida o que tem refletido em um ensino antropocêntrico, individualista, competitivo e desintegrado, prevalecendo um ensino racionalista em que o espaço escolar é o *locus* do processo educativo.

Para a consolidação do “Vivir Bien” a educação é um campo estratégico e, para tal, a adoção dos paradigmas indígenas não deve ser somente incluído como novos conteúdos na grade curricular, mas sim, cabe a criação e a sistematização de uma pedagogia comunitária, tendo como base os princípios originários andinos e que implica na mudança da estrutura educativa. Por uma pedagogia comunitária deve-se entender que toda a comunidade é responsável pela educação dos jovens e crianças e não somente compreendendo a comunidade como espaço de atuação, e neste sentido, a comunidade também intervém na educação conjuntamente com os educadores, considerando uma Educação que não se desenvolve somente no interior da escola.

Para além da perspectiva que se detém somente ao âmbito da Razão, à compreensão das relações de causa e efeito, do distanciamento entre objeto e sujeito, atentando-se àquilo que é material e palpável, na educação comunitária busca-se a conexão entre homem e natureza, desenvolver a sensibilidade e a percepção da vida, ultrapassar os limites do âmbito escolar e formar seres humanos que possam ter uma relação de harmonia e equilíbrio.

### **c) Trabalho**

Considerando o marco conceitual do pensamento marxista que tem como sua essência o trabalho, este sob a dinâmica do capitalismo está marcado principalmente pelas relações de exploração (mais-valia) do trabalhador (proletário) pelo capitalista (burguês) e a apropriação deste do resultado final do trabalho do segundo (trabalho alienado) em troca de um salário.

No início do século XX, Henry Ford e Frederick Taylor implantam novos métodos produtivos para a indústria visando a redução de tempo e custos durante a produção, estabelecendo a padronização e simplificação das tarefas postas em linha de montagem, gerando uma produção em massa e maior controle sobre os trabalhadores.

Segundo Medina (2008) o trabalho entre os povos originários andinos é algo positivo e também está ligado à espiritualidade pois o homem com seu trabalho

participa de rituais e contribui na coesão social pois envolve relações de reciprocidade, principalmente em períodos de plantio e colheita.

por este carácter animista, el trabajo, em los Andes, no lleva a violentar el médio natural y menos aún al trabajador; no conduce a un trato irrespetuoso de la vida, ni a abuso, maltrato o agotamiento de la tierra, ni a la sobreexplotación de su fertilidad y riqueza, ni al despilfarro y al consumismo. Produce frugalidad. Por ello, desde la perspectiva andina, el hombre no es entendido como *homo faber* (creado a imagen y semejanza de su *Deus faber*) sino como *homo maieuticus*: el que ayuda a parir a la Madre Tierra. (MEDINA, 2008, p.35)

#### **d) Desenvolvimento**

As implicações da dinâmica do desenvolvimento na sociedade capitalista está vinculado ao incremento de novas tecnologias e novos processos produtivos, à busca permanente pelo aumento das taxas de lucro, ao elevado padrão de consumo de mercadorias e recursos naturais, assim como, a geração do subdesenvolvimento como processo paralelo. Para além destes elementos estruturais da organização do capitalismo, sua dinâmica apresenta outras facetas cabe aqui destacar para que busquemos posteriormente um contraponto na proposta do “Vivir Bien”.

Um dos fatores essenciais para se compreender o dinamismo da sociedade capitalista e de seu padrão de desenvolvimento é a competição. Este está fortemente arraigado nos princípios do liberalismo, sendo esta realizada no “mercado”, onde pessoas e empresas vendem e compram mercadorias. Seguindo sua lógica, a competição acontece entre trabalhadores, empresa, produtos, etc. por maior visibilidade no chamado mercado de trabalho e/ou no mercado consumidor, sendo aquele que alcança o “êxito”, considerado pela sociedade como bem sucedido. No âmbito da produção o referido princípio contribui também para a busca de novas tecnologias visando, entre outros fatores, o aumento da produção, a redução de custos, para que o produto final seja mais “competitivo” no mercado.

Neste sentido o “Vivir Bien” propõe a ser uma alternativa mas se nega a se estabelecer como um novo padrão de desenvolvimento, pois, os povos originários da Bolívia somente buscam reconstruir seu modo de vida ancestral, o qual é mais sustentável ambiental e socialmente que os modelos ocidentais.

como el Vivir Bien va mucho más allá de la sola satisfacción de necesidades y el solo acceso a servicios y bienes, más allá del mismo bienestar basado en la acumulación de bienes, el Vivir Bien no puede ser equiparado con el desarrollo, ya que el desarrollo es inapropiado y altamente peligroso de aplicar en las sociedades indígenas, tal como es concebido en el mundo occidental. (MAMANI, 2010)

Conforme argumenta Avedaño (2009), a retomada do “Vivir Bien” expressa a emergência dos povos originários andinos como atores políticos, os quais foram deslegitimados e invisibilizados pelas elites do poder desde o início do período colonial até os dias atuais. Porém, este processo que culmina na proposta de alternativas a partir deste princípio originário andino marca a ascensão na Bolívia de seu primeiro presidente indígena, assim como o avanço da mobilização dos movimentos sociais e a herança política das guerras da água e do gás. Tais reclamos por parte deste setor da sociedade boliviana não visa somente a inclusão dos povos originários nos projetos modernizantes do Estado, no mercado formal de trabalho, etc., mas sim, o respeito à

diferença de pensamento não ocidental e ao seu modo de organização social originário, que preserva a essência ancestral destes povos (AVEDAÑO, 2009).

A distinção entre os paradigmas ocidental e indígena andino estabelecido neste trabalho para ressaltar a cosmologia originária presente no “Vivir Bien” através da comparação entre ambos não pode cometer o engano de acreditar que estas duas formas de percepção e interação com realidade social sejam encontradas em seu estado “puro”.

“Vivir Bien” é viver em comunidade, é viver a complementariedade de uma vida comunal e auto-suficiente, buscando a harmonia entre pessoas e com a natureza, a simplicidade, o compartilhar. Viver bem é fechar espaços para o individualismo, a competição, a ganância e o consumismo.

nos toca construir um Vivir Bien que significa construir nuestra casa; sembrar, cuidar, cosechar y cocinar la propia comida; decidir el vestido; curar-se poner ritmo propio a nuestras alegrías y tristezas; cuidar el derecho de aprender con nuestros errores. Siempre seremos del tamaño de nuestros trabajos, de la habilidad y torpeza de nuestras manos y mentes.(CHOQUEHUANCA, 2010, p. 162)

Portanto, é tempo de mudanças, de voltar a ser “qamiri”, o qual significa na cultura aymara pessoas que vivem bem, princípio contrário à concepção de “bem-estar” em que pessoas vivem “melhor” do que outras. Tais níveis de satisfação escapam à medição quantitativa da qualidade de vida a partir de instrumentos como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o PIB (Produto Interno Bruto), comumente utilizados.

## **6. Considerações Finais.**

O entrelaçamento do “Vivir Bien” e da Educação Ambiental Crítica (EAC) resultam em um amplo campo de atuação para a construção histórica de novas relações sociais. A Educação Ambiental Crítica como um meio para a interpretação e intervenção na realidade socioambiental e o “Vivir Bien” por sua vez, constitui-se em um fim a ser alcançado.

Acreditamos que devemos procurar soluções para a crise socioambiental fora da dinâmica do mercado”, e neste sentido, o “Vivir Bien” tem apontado para a construção de um novo paradigma, de uma nova racionalidade. A Educação Ambiental Crítica possui caráter de resistência à incorporação da natureza pelo mercado e assume a construção de novas relações que supere as relações sociais capitalistas de exploração e dominação do ser humano pelo seu semelhante e deste sobre natureza.

A Educação Ambiental Crítica pautada na educação popular freiriana tem como setores sociais envolvidos, as populações oprimidas. Neste sentido, a EAC, a qual possui um caráter político por essência, pode incorporar os temas colocados pelo “Vivir Bien”. O envolvimento entre ambos pode resultar no fortalecimento e difusão de suas lutas e tendo como pano de fundo os princípios e saberes resgatados através da retomada do “Vivir Bien”.

Acerca do “Vivir Bien”, cabe-nos algumas considerações para estabelecer a relação com a EAC. Um detalhe essencial é que não podemos considerar o “Vivir Bien” meramente como uma alternativa bucólica, romântica e saudosista que prega o retorno a um passado de raízes gloriosas e de uma vida em harmonia com a natureza. A construção deste princípio, que tem sido incorporado por diversos setores da sociedade boliviana e contar com processos semelhantes em outros países, considera questões estruturais de nossa sociedade tratando dos elementos constitutivos da chamada crise

global colocando em xeque o atual modelo de desenvolvimento capitalista, além de apresentar concretamente a existência de organizações sociais em que o desenvolvimento econômico desigual, a propriedade privada e a geração de sobretrabalho não existem e tampouco fazem sentido.

Por outro lado, acreditar que o “Vivir Bien” é uma alternativa que pode ser generalizada para os demais países como solução dos problemas socioambientais nos remete ao mesmo engano do atual modelo de “Desenvolvimento” trazido pela dinâmica do sistema capitalista, assim como de sua re-caracterização, o “Desenvolvimento Sustentável”, pois, em ambos os casos supõe-se que são a via única, um modelo universal podendo ser difundido para todos os países e, seguindo sua lógica (linear e progressiva) capazes de alcançar as “benesses” de uma sociedade desenvolvida.

O “Vivir Bien” não é algo recente e sim, uma série de valores e princípios intrínsecos à cultura dos povos andinos, a expressão de séculos de existência em contextos étnicos, ecológicos, geográficos, políticos, etc. que foram moldando uma relação específica entre os indivíduos, as comunidades e a natureza. É dotado de uma intrínseca especificidade histórica e cultural estando intimamente arraigado ao contexto dos povos indígenas que habitam a região da Cordilheira dos Andes, porém, isto não se torna empecilho para que possamos aprender com os modos de vida destes povos.

Portanto, as contribuições do “Vivir Bien” à EAC residem na assimilação, em sua atuação participativa de seus processos educativos, dos valores e práticas de caráter coletivos, solidários, harmônicas, que prezam pelo bem comum em equilíbrio com a natureza e todas as formas de vida a partir da complementariedade, assim como, estabelecendo-se como parâmetro para a construção de uma nova sociedade.

## REFERÊNCIAS

AVEDAÑO, T. R. El Sumak Kawsay Ecuador y Bolivia. Vivir bien, identidad, alternativa. Revista Ecología Política, n. 37, Barcelona, Editorial Icaria, 2009.

BOLÍVIA. Nueva Constitución Política del Estado. Disponível em: [http://www.vicepresidencia.gob.bo/Portals/0/documentos/NUEVA\\_CONSTITUCION\\_POLITICA\\_DEL\\_ESTADO.pdf](http://www.vicepresidencia.gob.bo/Portals/0/documentos/NUEVA_CONSTITUCION_POLITICA_DEL_ESTADO.pdf). Acessado em: 20 nov. 2010.

CHOQUEHUANCA, D. El Vivir Bien como respuesta a la crisis global. Disponível em: [http://alainet.org/images/Vivir\\_Bien.pdf](http://alainet.org/images/Vivir_Bien.pdf). Acessado em: 12 nov. 2010.

CHOQUEHUANCA, D. 25 postulados para entender el “Vivir Bien”. Disponível em: <http://derechosmadretierra.org/2010/01/31/25-postulados-para-entender-el-%E2%80%9Cvivir-bien/>. Acessado em 19 nov. 2010.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental: no consenso um embate? 5ª ed. Campinas: Papirus, 2007.

GUIMARÃES, C.; DOMINGUES, J. M.; MANEIRO, M. Bolívia – a história sem fim. Disponível em: [http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/6\\_analises\\_historia\\_sem\\_fim.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/6_analises_historia_sem_fim.pdf). Acessado em: 13 nov. 2010.

GUTIERREZ, C. J.; LORINI, I. A trilha de Evo Morales: novo movimento social indígena na Bolívia. São Paulo. Novos Estudos, 2007.

MAMANI, F. H. Buen Vivir/Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas. Disponível em:

[http://www.economiasolidaria.org/files/1.\\_Consultoria\\_Vivir\\_Bien.-Informe-Final.pdf](http://www.economiasolidaria.org/files/1._Consultoria_Vivir_Bien.-Informe-Final.pdf).

Acessado em 15 de nov. de 2010.

MEDINA, J. Esbozo del contextos. In: Suma qamaña: la comprensión indígena de la buena vida. La Paz: Série Gestión Pública, 2ª ed., Intercultural, 2008.

PFRIMER, M. H. A Guerra da Água em Cochabamba, Bolívia: a desconstrução de um conflito. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT12-850-976-20080513215826.pdf>. Acessado em: 20 nov. 2010.

SHULTZ, J. A guerra pela água na Bolívia. Disponível em: [http://www.article19.org/work/regions/latin-america/FOI/pdf/Waterwar\\_Por.pdf](http://www.article19.org/work/regions/latin-america/FOI/pdf/Waterwar_Por.pdf).

Acessado em: 23 nov. 2010.